

# A PROPÓSITO DE TRÊS ITENS DE INVENTÁRIO

Ana Paula Machado

Conservadora, Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto  
paulamachado.mnsr@dgpc.pt

## RESUMO

Em junho de 1834, chegava ao Museu Portuense uma das mais controversas incorporações na Fazenda Nacional, de entre as que os decretos liberais determinaram. Provenientes do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, recolhiam ao Museu uma escrivaninha italiana, uma série de placas de esmalte pintado e a célebre espada de D. Afonso Henriques. Em parte devido à aura mítica desta última, ao longo dos cem anos seguintes, nestas três peças parecem ter confluído todos os argumentos da polémica integração dos bens das ordens religiosas e do pensamento e acção dos liberalistas sobre o Património. Este estudo propõe-se seguir mais de perto os destinos dessas três peças e compreender em que medida esses destinos extravasam ou configuram um paradigma dos de tantas outras, como elas, chegadas aos museus no “torvelinho das violentas paixões” da época.

## PALAVRAS-CHAVE

Santa Cruz de Coimbra | Afonso Henriques | Museu Portuense | Esmalte de Limoges

## ABSTRACT

In June 1834 came to Museu Portuense one of the most controversial integrations between those determined by the liberal decrees. From the Monastery of Santa Cruz in Coimbra came an Italian inkstand, a series of Limoges enamel plaques and the famous sword of King D. Afonso Henriques. Over the next hundred years, partly due to the mythical aura of the latter, in these three objects would seem to converge all arguments from the controversy on the integration of the goods coming from the extinguished religious orders and the liberalist thought and action concerning cultural and artistic heritage. This study proposes to follow more closely the fates of these three objects and to understand to what extent these destinations are outside or constitute a paradigm of many others, as they arrived to the museums in the “whirlwind of violent passions” of that time.

## KEYWORDS

Santa Cruz in Coimbra | Afonso Henriques | Museu Portuense | Limoges Enamel

O Museu Portuense ou Ateneu D. Pedro foi criado em 1833, por iniciativa de D. Pedro IV, e esteve na origem do que é hoje o Museu Nacional de Soares dos Reis. Seria essa jovem instituição que, em junho de 1834, acolheria cerca de meia centena de pinturas e mais de cem volumes ilustrados provenientes do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>1</sup> e aí escolhidos por Francisco Pedro de Oliveira e Sousa e Alexandre Herculano. Os dois comissários nomeados para procederem à escolha dos bens dos conventos abandonados terão ainda seleccionado, para seguirem junto da primeira remessa de pinturas e livros, a célebre espada de D. Afonso Henriques, um estojo contendo uma escrivaninha italiana de tartaruga marchetada a ouro e madrepérola e uma série de vinte e seis pequenas placas de esmalte pintado de Limoges.

O Museu acolheria, entretanto, vindo de vários outros institutos religiosos, um volume imenso de bens, alguns dos quais porventura de maior valor intrínseco e/ou artístico que os três itens de Santa Cruz. Porém, sobre essas três peças cairia, desde cedo, uma diferente atenção, materializada em abundante bibliografia de diversos géneros, claramente motivada pela importância atribuída aos factos históricos que rodeavam as circunstâncias da existência de uma delas em Santa Cruz: A espada deixada ao Mosteiro por D. Afonso Henriques. Da existência da escrivaninha e da série de esmaltes enquanto em Santa Cruz pouco ou nada se sabe, sendo certo que há ainda um longo caminho de pesquisa por trilhar.

## «A FAMOSA ESPADA DO SR. D. AFFONSO HENRIQUES...»

Dispensamo-nos aqui da compilação das múltiplas versões da história da espada de D. Afonso Henriques, enquanto no Mosteiro, dada a muita bibliografia que o tema já antes suscitou. Porém, a documentação de Santa Cruz que se guarda na Biblioteca Pública Municipal do Porto encerra, a nosso ver, ainda alguns aspectos pouco explorados do ponto de vista da história desta peça e do seu enquadramento enquanto relíquia, aspectos esses essenciais para a compreensão do carácter lendário que já envolvia a peça muito antes da sua saída de Santa Cruz e que marcaria o seu percurso e o dos objectos que por força das circunstâncias lhe viriam a estar associados.

A existência de uma espada, dita de D. Afonso Henriques, venerada entre outras relíquias em Santa Cruz de Coimbra está relativamente mal documentada. A sua presença no Mosteiro não é mencionada quando, em meados de quinhentos, ao tempo de D. João III, se reúnem os fundamentos para a canonização de D. Afonso Henriques. No documento

onde se organizam esses fundamentos (BROCHADO 1958: 308)<sup>2</sup>, além da narrativa dos alegados milagres do monarca / santo, faz-se uma descrição das suas relíquias que até aí se haviam venerado no mosteiro, conta-se que D. Afonso se igualava aos monges quando assistia a missa no Mosteiro, rezando no coro e ofício divino como qualquer deles e que para o efeito quando entrava deixava na porta a espada e vestia uma sobrepeliz. Em memória desse gesto, a porta por onde entrava ficou a designar-se de espada cinta, designação que manteve até à data da sua demolição em 1628<sup>3</sup>. Todavia nenhuma espada propriamente dita é aí mencionada enquanto objecto de devoção.

Omissão estranha dado o teor das alegações, mas que talvez possa justificar-se pelo facto de à espada, ao contrário do escudo e da vestimenta de «olanda» (a sobrepeliz ?) já nessa época dada como perdida, não estarem atribuídas as mesmas qualidades mais ou menos sobrenaturais que contribuía para justificar a santificação do seu primordial proprietário.

1. O presente estudo centra-se no caso específico da polémica associada a estes três itens de inventário. A integração e percurso do núcleo de pinturas proveniente de Santa Cruz foi já abordado em: SANTOS, P. M. M. L. (1997-1998). Coleções Monásticas de Pintura no Museu Soares dos Reis. *O Tripeiro*. Porto, Associação Comercial: p. 12-21; 86-91; 114-120; 122-131; 192-198, 342-350.
2. Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), MS 84, Fl. 235 a 237 vº. Trata-se do traslado feito por D. José de Cristo e é referente ao processo de canonização iniciado em 1556 de que nos fala I. da Costa Brochado. Agradecemos ao Doutor Nuno Rezende Mendes a revisão das transcrições aqui incluídas.
3. BPMP, Ms 86, Fol. 57 vº.

Parte do debate gerado em torno da genuinidade da espada que hoje conhecemos como de D. Afonso Henriques, é suscitado pela improbabilidade do regresso das armas de Alcácer Quibir depois da trágica derrota de D. Sebastião. Em 1604, numa vida de San António de Padua da autoria de Mateo Aleman<sup>4</sup>, fomos encontrar a mais remota referência a este episódio que até agora conhecemos, em que se justifica a não utilização das armas e o consequente regresso com facto de o exército de terra estar já vencido quando chegou a armada onde se transportava a recamara do Rei e onde viajavam estas armas e não por esquecimento como divulgaram outros autres ao longo do Século XVII:

«(...) mas Dios que todo lo gobierna y sabe, no permitio que aviendo de ser el Rey Don Sebastian vencido, lo fuesse com armas acostumbradas a vencer. Asi, quando se las llevaron las mando meter com su recamara en los navios de armada, y quando ellos llegaron, ya el exercito de tierra estava perdido, y se volbieron en salvamento com la espada y escudo, que luego se puso en su lugar como antes lo estava»<sup>5</sup>.

Aleman descreve ainda com detalhe o escudo bem como as miraculosas quedas premonitórias da morte dos monarcas portugueses ou até, em 1574, prevendo o desastre de Alcácer Quibir. Quanto à vestidura branca com as armas reais, nesse mesmo documento era já dada como desaparecida e dela se dizia: «A qual levavã a molheres que estavã de parto e nam po/ dião parir e fazia deus em ella milagres com aquella vesti/ dura e loguo eram alumiadas e pariã. E esta vestidura/ aguora em nossos tempos desapareção e nam se acha»<sup>6</sup>.

Ainda na primeira metade do Século XVII, quer D. Vicente quer D. José de Cristo, memorialistas de Santa Cruz, voltam a referir-se a ela, este último para dizer que se perdeu num incêndio da Sacristia<sup>7</sup>.

Em 1628, Faria e Sousa refere-as como «oyas inestimables» que são no Mosteiro, ainda nesses dias, a espada, o escudo e a sobrepeliz com que seguia o Coro<sup>8</sup>.

D. Vicente e D. José de Cristo acrescentam às narrativas que trasladam observações de carácter prático que eventualmente decorreriam do seu contacto mais directo com os objectos em questão e com o cartório onde os registos dos acontecimentos que os envolviam se guardavam. Da espada regista D. Vicente:

«Assi com ElRei pedio nesta carta assi se fez,/ mandaramlhe a espada, e escudo, e pera ir/ mais venerado, lhe fizeram a caixa preta/ que agora tem, sobre a antiga, a espada também a alimparam, e lhe fizeram aquella/ bainha e cabos, e caixa, porque dantes disto/ nam tinha cabos, senão amaçam largo, e huã bainha antigo como de facas»<sup>9</sup>.

Na miscelânea de D. José de Cristo guarda-se uma descrição detalhada que, a nosso ver, vem avolumar as muitas dúvidas levantadas sobre a originalidade da arma que em 1834 chega ao Museu Portuense:

«Dej-/xounos também huã espada de cingir que tem sinco palmos / de comprido, a guarnição ao Antigo, de largura de tres dedos e / vaj se deminuindo ate a ponta em dous, a qual antiguamente / era maior e mais larga e Comprida, mas como he de tantos an-/ os o ferro vaje guastando de alimparem porque

4. ALEMAN, Mateo – *San Antonio de Padua*. Sevilla: Clemente Hidalgo, 1604. A obra foi escrita em 1603. O episódio é também referido pelo cartorário D. Vicente no manuscrito intitulado “Memórias Várias” (BPMP, Ms 175, fl. 435) onde se diz apenas que as armas haviam regressado sem terem desembarcado e é transcrito na íntegra no miscelâneo organizada por D. José de Cristo Bretiandos entre 1623 e 1632 (BPMP, MS 86, Fl. 75 vº). Das palavras de Aleman que aqui transcrevemos reconhecem-se ecos bem evidentes em: SOUSA, Manuel de Faria e - *Epítome de las Historias Portuguesas*. Madrid: 1628, Tom. 2º, p. 551 e também na Crónica de Nicolau de Santa Maria escrita em 1668, acrescentando este a ideia do “esquecimento”. Aleman parece acompanhar de perto alguma crónica de Santa Cruz na narrativa dos milagres e aparições de D. Afonso Henriques e da sua relação com a vida do Mosteiro, também contados por D. Vicente e D. José de Cristo. Acrescentando Aleman, a propósito do corpo incorrupto aquando da transladação (f. 23 vº), que chegou a conhecer e a falar com alguém que presenciara o acontecimento.

5. ALEMAN, op. Cit. Libro primeiro. Fº 13 vº.

6. BPMP, Ms 84, fl.236 vº

7. BPMP, MS 86, fls. 46 e 132

8. Sousa, Manuel Faria e – *Epítome de las Historias Portuguesas*. Madrid: 1628, Tom. 2º, p. 363. Tal como para Mateo Aleman, desconhecemos as fontes a que recorreu Faria e Sousa para a produção destas afirmações sobre as relíquias de Santa Cruz mas a menção da sobrepeliz, dada como desaparecida tanto tempo antes, faz pensar que se trata apenas de uma repetição de escritos anteriores.

9. BPMP, MS 175, fl. 435



Fig.1 - Espada dita de D. Afonso Henriques, último quartel do Século XVI ?; aço; 99,5 x 14,5 cm. Inv. N.º 1 Div Museu Nacional de Soares dos Reis/ em dep. No Museu Militar do Porto (fot. José Pessoa IMC/ MC)

a conser-/vamos sem ferrugem e mui lustrada como tal reliquea me-/resse. Alem disto também lhe fizeram as guardas e punho / mais curto do que era quando El Rej D. Sebastião a quis levar / pera africa»<sup>10</sup>.

A informação pode ser verdadeira e descrever a espada que efectivamente regressou do Norte de África e a sua posterior alteração, ou ser fantasiosa e descrever uma espada nova que se fez para substituir a relíquia perdida, justificando as diferenças entre a

original e que então se descrevia com as alterações e a usura do tempo. Em qualquer dos casos a espada que hoje se conserva não apresenta vestígios de semelhante desgaste ou alterações.

Das relíquias de D. Afonso Henriques guardadas em Santa Cruz apenas a espada chegou até nós. Da sobrepeliz e do escudo, deixa, que saibamos, de haver notícia depois do século XVII<sup>11</sup>. Embora em 1944 ele fosse ainda reclamado como se tivesse dado entrada no Museu Portuense.

## «UM TINTEIRO DE TARTARUGA...»

João Batista Ribeiro, no seu Inventário do Museu Portuense de 1839 (VITORINO 1930: 12)<sup>12</sup>, regista «um estojo que contem um tinteiro de tartaruga marchetado d'ouro e madrepérola, que foi do uso de F.r Bartholomeu dos Martyres». Mas já em 1838, no periódico *O Panorama* (1838: 122), se fizera referência a esta peça com essa associação ao nome

do Arcebispo de Braga, acrescentando a menção a uma pena «com que se asignaram os decretos do concilio tridentino, monumentos curiosos doados a Sancta Cruz por D. Fr. Bartholomeu dos Martyres». Dessa pena não volta a encontrar-se notícia, tão pouco do estojo a que alude João Batista Ribeiro. Trata-se de uma peça de produção italiana do século XVIII, construída

10. BPMP, MS 86, fl. 75 vº

11. Rodrigues de Gusmão terá antes de 1834 tentado ver o escudo (não se refere à espada ou à sobrepeliz) no Mosteiro, mas o padre encarregue da guarda desses objectos informou-o de que o escudo desaparecera, não se sabia como nem quando e que dele restava apenas o informe de D. Nicolau.

12. RIBEIRO, João Batista – *Relação dos Objectos do Museu Portuense entregues pelo ex Director do mesmo João Baptista Ribeiro á Comissão da Academia Portuense de Bellas Artes para esse efeito nomeada pela ditta Academia*. In VITORINO, Pedro – *Os Museus de Arte do Porto (Notas Históricas)* (1930). Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 64-85.



**Fig.2** · Escrivaninha, c. 1720-1747, tartaruga, madrepérola, liga de cobre e ouro, 29,5 x 18,5 x 11 cm. Inv. N.º 8 Div Museu Nacional de Soares dos Reis (fot. José Pessoa IMC/MC)

em tartaruga, ornamentada com incrustações de motivos “chinoiserie” em ouro e elementos “rocaille”, grotescos e figuras alegóricas em madrepérola. Não é assinada mas tem paralelos muito estreitos com peças da autoria de Gennaro e Giuseppe Sarao<sup>13</sup>.

Foi apresentada na exposição de Arte Ornamental de 1882<sup>14</sup>, sem classificação, mas já com a indicação de ter sido oferecida por Benedito XIV à Academia Litúrgica Pontífca fundada em Coimbra em 1747<sup>15</sup>.

Joaquim de Vasconcelos dedicou-lhe, em 1914, um breve estudo (VASCONCELOS 1914-1915) onde a classifica como trabalho francês, da corte de Luís XV e onde definitivamente deita por terra a associação ao concílio de Trento e a Frei Bartolomeu dos Mártires. Em 1998, a sua classificação foi revista por comparação com paralelos de outros museus, designadamente da Wallace Collection, tendo então sido datada do século XVIII e aproximada à produção da família Sarao.

13. Gennaro Sarao e Giuseppe Sarao seu filho eram artistas especializados na técnica designada “piqué” de ouro sobre tartaruga, activos em Nápoles entre 1720 e 1777, foram artífices da Corte de Fernando VI de Bourbon, Carlos III e Bárbara de Bragança. No Museu Ermitage guarda-se uma peça cuja autoria lhes é atribuída com as insígnias de D. João V.

14. *Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental portuguesa e Espanhola*. Lisboa: Imp. Nacional, 1882. p. 224, n.º 20.

15. Desta oferta não foi ainda possível encontrar registo documental entre a documentação nem do Mosteiro nem da Academia.

## VINTE E SEIS PLACAS DE ESMALTE

A série de vinte e seis placas de esmalte pintado, com cenas da Paixão, directamente inspiradas na série de gravuras da chamada *Pequena Paixão* de Dürer, é talvez o mais enigmático dos três itens a que aqui nos dedicamos, já que nada sabemos sequer sobre a sua entrada no Mosteiro de Santa Cruz. A sua associação aos outros dois itens parece decorrer de algum reconhecimento da sua unicidade e rara qualidade de execução, já que, ao contrário desses, nenhum momento ou personagem histórico lhes está associado à entrada no Mosteiro.

Outrora talvez organizadas num pequeno retábulo ou num frontal de altar as pequenas placas foram ao longo do tempo merecendo esporádica atenção por parte dos autores portugueses. Todavia escaparam ao mais sistemático levantamento de esmaltes na Europa de J. J. Marquet de Vasselot (1921) a que não escapou a sua única congénere em Portugal: o tríptico de esmalte então na Biblioteca de Évora.

Em 1914, Joaquim de Vasconcelos dedica-lhes três páginas ao longo das quais propõe a datação da primeira metade do século XVI e sugere a Casa das Relíquias do Mosteiro de Santa Cruz como local da sua instalação no Mosteiro.

A apresentação da série na Exposição de Arte Francesa em Lisboa, em 1934, dá-lhe visibilidade junto de especialistas nacionais e estrangeiros que nesse contexto a classificam como do 1.º terço do Século XVI. Dessa data em diante passará a ser referida na maioria dos estudos especializados neste tema publicados desde os anos 60 na Europa e nos Estados Unidos<sup>16</sup>.

Por ser uma das séries sobreviventes mais completa e uma das raras com registo documental anterior ao Século XIX, constitui hoje uma referência incontornável entre as suas congéneres europeias, razão pela qual, em janeiro de 2008, o Museu Soares dos Reis, em



**Fig.3** · Coroação de espinhos, último quartel do Século XVI, atelier do Mestre da Paixão de Cristo; esmalte pintado sobre cobre, 10,1 x 8 cm; Inv. N.º 2.11 Div Museu Nacional de Soares dos Reis (fot. José Pessoa IMC/ MC)

16. VERDIER, P. (1967) – *The Walters Art Gallery. Catalogue of the painted enamels of the Renaissance*. Baltimore, The Trustees of the Walters art Gallery; CAROSELLI, S. L. (1993) – *The Painted Enamels of Limoges. A Catalogue of the Los Angeles County Museum of Art*. Los Angeles: Los Angeles County Museum; BLANC, M. (2011) – *Emaux peints de limoges XV<sup>e</sup> – XVIII<sup>e</sup> siècles. La Collection du Musée des Arts Décoratifs*. Paris: Musée des Arts Décoratifs; HIGGOTT, S. (2011) – *The Wallace collection, catalogue of Glass and Limoges Painted Enamels*. Londres: The Wallace Collection.

colaboração com o Centre de Recherche Scientifique de la Reunions des musées de France (CRRMF) e o Musée des Arts Decoratifs de Paris (MAD), se candidatou ao programa Eu-Artech com o objectivo de a analisar e inscrever num mesmo banco de

dados em que se encontravam já a série da Wallace Collection e peças do MAD. O processo permitiu a revisão da sua datação (agora atribuída aos meados do século XVI e o início do século) e autoria, um atelier ainda em estudo da esfera de Pierre Reymond.

## DE SANTA CRUZ DE COIMBRA AO ATENEU D. PEDRO

A sagração dos aprestos de guerra de D. Afonso Henriques, enquanto relíquias teve um papel inquestionável na construção de que nos fala António Cruz de uma “legenda áurea”, que muito interessava aos monges cruzios e que foi já estudada por vários autores. A conjuntura nacional e a acção propagandística do mosteiro ter-se-ão conjugado na formulação do mito (FINO 1999: 231-245) e o interesse pelas relíquias retomado em cada ímpeto de santificação da figura do fundador (além do processo de 1556, as intenções de canonização repetiram-se com D. Sebastião, D. João IV, D. João V e de novo com D. José). Com uma suposta “dessacralização” operada aquando da integração na Fazenda Pública esse potencial simbólico e propagandístico não foi completamente desbaratado. Ao trazer a espada do Fundador do mosteiro que fora partidário e reduto da causa absolutista, D. Pedro IV – Rei Soldado como o fora D. Afonso Henriques – parecia querer trazer o símbolo da fundação da nacionalidade justamente para a cidade onde vivera o Cerco, momento decisivo para os destinos da causa liberal e da “refundação” que com ela ambicionava.

A sua vinda para o Museu Portuense toma pois foros de iniciativa política eivada de simbolismo e por isso acaba inevitavelmente rodeada de polémica. Aos envolvidos no processo caberá o difícil papel da sua legitimação que debilmente se apoia na ideia de que D. Pedro IV a oferecera à cidade<sup>17</sup>. Desse gesto não ficou qualquer registo escrito. A omissão é agravada pela ausência de registo de saída de Santa Cruz e de entrada no Museu Portuense.

O volume de correspondência trocado, de Maio a Outubro de 1834, entre o Prefeito do Douro, o Sub-Prefeito de Coimbra, o Vice-Reitor da Universidade e o Ministro de Estado dos Negócios do Reino, acerca dos objectos retirados de Santa Cruz de Coimbra e da sua vinda para o Museu é bem elucidativo do confronto de vontades e da divergência de entendimentos relativamente aos princípios que norteavam a integração dos bens no património do Estado.

Estavam em causa a legitimidade dos comissionados para procederem à escolha dos objectos, a capacidade para a sua guarda daqueles a quem caberia defende-los no período de transição, a disponibilidade de espaço físico para albergar tamanho acervo, a capacidade para mobilizar recursos humanos para tarefas de grande envergadura como o inventário detalhado dos bens, mas sobretudo estava em causa uma diferente posição quanto ao conceito de utilidade pública e ao modo como os bens nacionalizados deviam servi-la.

A Universidade e a Câmara de Coimbra multiplicam-se em pedidos e requerimentos para que fiquem na cidade os bens dos conventos locais suprimidos «por terem nella a sua sede os principais Institutos da Sciencias e das Artes; e onde por isso tais objectos serão com utilidade publica, mais consultados pelos Nacionais, e estrangeiros (...)»<sup>18</sup>. Alegava-se que esses bens formavam na cidade «huma distincta parte do seu ornamento, celebridade, e publica utilidade».

17. A ideia é veiculada pelas declarações de João Baptista Ribeiro, em RIBEIRO, Op. Cit. p.6: «...a famosa espada do Sr. D. Affonso Henriques declarada pelo Immortal Duque de Bragança propriedade do Museu Portuense, como consta de documento expedido pelo Ministerio do Reino ao Excellentissimo Prefeito do Douro». Em 1864, em informação ao Governador Civil do Porto voltará o autor da *Exposição...* a afirmar que lhe dissera o Prefeito do Douro que «Sua Magestade havia oferecido a dita espada á cidade do Porto em signal dos serviços prestados no Cerco à causa da Liberdade, o qual documento deve existir no Governo Civil».

18. Arquivo Central das Secretarias de Estado – Ministério do Reino – Negócios Diversos. 1833-34. Letra P. Pasta 15, segundo cópia do documento original em [Relatório de Paulo Esteves da pesquisa efectuada por ordem de A. Luiz Gomes nos arquivos do extinto Ministério do Reino]. Cópia dactilografada existente no Arquivo do Museu Nacional de Soares dos Reis (AMNSR).

Invocava-se que em Coimbra se iria estabelecer uma biblioteca pública e um museu de belas artes e antiguidades a par da Biblioteca da Universidade (que era sobretudo destinada aos alunos e por isso estava aberta apenas durante o período lectivo) e do Museu dos Objectos da Natureza da mesma Universidade. O ensino nesse estabelecimento seria mais completo se passasse a tocar esse ramo da instrução pública (o das Belas Artes) e que ficara reservado para D. Pedro «o completar por este modo, a grande obra do seu Augusto e Immortal Avô...» referindo-se á reforma da Universidade por D. José I, «...reunindo no mesmo local, já tão célebre, e distinto as sciencias ás Bellas-artes».

No documento em que se expõe essas alegações refere-se ainda que a «Espada do Grande Affonso acha-se depositada com outras preciosidades no Sanctuario do Mosteiro de Santa Cruz, não será justo que esta estimadíssima Relíquia do Fundador da Monarquia Luzitana se separe da Cidade onde repouza as cinzas de tão Grande Heroe»<sup>19</sup>.

O requerimento que o Prefeito do Douro remete ao Ministro do Reino vai acompanhado do parecer do próprio Prefeito (Manoel Gonçalves de Miranda) onde tem a oportunidade de expor a argumentação com que pretende fundamentar a vinda dos livros e objectos para o Porto. Aí refere-se ao zelo com que a comissão coimbrã se batia por «conservar dentro dos seus muros os livros, os quadros, e outros preciosos objectos ate agora sem proveito do publico, encerrados em os claustros» como algo prejudicial á instrução pública. Do seu ponto de vista a grande livraria da Universidade de Coimbra seria suficiente para a cidade, não se justificando a abertura de uma outra a pretexto de que a da Universidade está fechada durante o período não lectivo, até porque «naquela cidade he extremamente pequeno o numero dos leitores»<sup>20</sup>.

Considera também que os «productos das Bellas Artes» têm o seu local próprio nas grandes cidades e não nas Academias

«cuja instituição tem de ordinário por objectos matérias theoreticas, assim isolados serão matéria

de curiosidade para os viajantes, bem como os monumentos de Architectura e Escultura d'antiga Grécia entre as ruínas d'aquela paiz clássico, porem sem utilidade alguma para a sociedade, porquanto esta só pode crea-la, e desenvolvê-la a riqueza e o luxo. Além disto hua galeria de quadros fraccionada, perde a maior parte do merecimento para os progressos da instrução: e huma escola de pintura tem melhor lugar nesta Cidade do que em Coimbra».

O Prefeito manifesta ainda a sua convicção de que «Sua Magestade Imperial terá muita satisfação em ver neste theatro da sua glória reunido tudo quanto a vaidade tinha encerrado nos Mosteiros da Província» e de que a espada não poderia estar confiada a melhor guarda que a dos moradores da Cidade do Porto para escrever logo em seguida que se lhe havia de juntar a espada que trouxe ao lado durante o cerco «o restaurador e Libertador da nossa Patria. Assim se acharião reunidos dous monumentos da Gloria Nacional, que na ordem do tempo abarção [sic] perto de sete séculos».

A 29 de Julho de 34 o Museu Portuense, precariamente instalado no Convento de Santo António da Cidade, era visitado pelos monarcas e, segundo a narrativa que do evento faz João Batista Ribeiro<sup>21</sup>, já aí se encontravam a espada de D. Afonso Henriques e a escrivanhinha de tartaruga, na altura tida como de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Quanto á série de esmaltes não restam dúvidas de que teria vindo junto com a primeira remessa, sendo o único dos três itens em questão neste estudo a ser mencionado na relação inicial.

Apesar da falta de condições das instalações, relatada pelo próprio João Batista Ribeiro e por vários outros ao longo do século XIX, a espada conservou a sua "aura", permanecendo exposta dentro de um «caixão com guarnições de prata», pousado sobre uma mesa em mármore proveniente do Convento de São Domingos (VITORINO 1930: 82). Em 1863, coincidindo com um dos momentos em que é reclamada a sua devolução a Coimbra, é-lhe feita uma placa

19. Idem

20. Ibidem

21. RIBEIRO, Op. Cit. p. 6.

em prata para lhe servir de legenda com a simples informação «Espada de D. Affonso Henriques»<sup>22</sup>.

Da forma de apresentação dos outros dois itens no Museu chega-nos apenas um registo fotográfico colhido já no início do século XX onde pode ver-se que a escrivaninha ocupava outras das belas mesas de mármore provenientes de São Domingos.

Dois anos depois da exposição histórica de João Baptista Ribeiro onde dá conta de todo o processo de acolhimento dos bens no Museu Portuense e tenta defender-se das acusações de roubo e extravio que sobre ele iam caindo, já a imprensa (*O Panorama* 1838: 122) noticia que a livraria e o santuário eram as duas coisas mais importantes do convento, fala-se de uma obra de Rafael e outra de Rubens e em seguida referem-se a espada e a escrivaninha como «monumentos curiosos» da instituição, além de uma pena com a qual D. Frei Bartolomeu dos Mártires teria assinado decretos no concílio de Trento e da qual não volta a haver menção ou rasto.

A partir deste período espada e escrivaninha começam a ser citadas conjuntamente como exemplo máximo das relíquias ou tesouros espoliados de Santa Cruz. Os seus destinos cruzam-se na fortuna crítica, tendo em comum, além da proveniência, um estatuto polivalente que parece situar-se algures entre o objecto histórico e a relíquia.

Mesmo no quadro da integração na fazenda Pública dos bens da Ordens extintas, com toda a polémica que o caracterizou, poucos objectos protagonizaram semelhante discussão pública. Ao símbolo nacional que a espada inegavelmente representava juntavam-se a escrivaninha dita de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, a série de esmaltes, ocasionalmente uma pintura dita de Rubens e outra de Rafael, construindo uma aura lendária de tesouro que, quando conveniente, ajudava a enaltecer o valor do “saque”.

Em 1841 o Padre Manuel Coutinho, nas páginas do *Antiquário Conimbricense*<sup>23</sup>, enceta o debate público sobre a genuinidade da espada. Daí em diante e ao longo mais de 150 anos publicar-se-ão dezenas de escritos<sup>24</sup> nos quais muitas vezes se entrecruzam as questões da originalidade da espada e as da legitimidade da sua entrega ao Museu Portuense e, por extensão, da de todo o acervo de Santa Cruz.

Em 1864, a Câmara de Coimbra reclama de novo «a devolução da espada que foi de Afonso I e outros objectos retirados do Mosteiro de Santa Cruz» dando lugar a uma determinação de averiguações emitida pelo Ministério do Reino, à qual o Director interino da Academia Portuense (organismo em que desde 1839 se integrava o Museu) reage pedindo a Coimbra «a designação dos assuntos dos quadros e se possível fosse o tamanho deles» por não existir nos arquivos do Museu qualquer informação sobre a sua procedência, pedido a que a Câmara Coimbrã não responde. A resposta da academia às averiguações limita-se por isso a informar que existem uma espada denominada de D. Afonso Henriques e um tinteiro de tartaruga denominado de D. Frei Bartolomeu dos Mártires que “geralmente se diz” terem estado no Santuário de Sta. Cruz e uns esmaltes representando a Paixão de Cristo que se diz terem estado na banqueta do altar do mesmo santuário<sup>25</sup>.

Na sua resposta à interpelação do Governador Civil relativamente ao destino dos ditos objectos, João Batista Ribeiro reafirma que o então Prefeito do Douro lhe dissera que a espada fora oferecida por D. Pedro IV e que o respectivo documento de oferta deveria existir no governo civil.

Entre 1878 e 1903 Martins de Carvalho, nas páginas do periódico *O Conimbricense*, reclama repetida e veementemente a restituição da espada e das “outras preciosidades” a Coimbra, embora curiosamente duvide da autenticidade da espada.

22. Em 1940, Aarão de Lacerda, no processo de destrinça dos espólio da Academia e do Museu, encontraria uma tampa de um estojo com a forma da espada e conclui-se então que a espada chegara ao Museu, num estojo com o seu recorte, de configuração setecentista, forrado a couro vermelho e muito provavelmente mandado executar aquando da iniciativa de canonização de D. João V. Nalgum momento, talvez em 1863, a tampa fora retirada e a metade inferior do estojo encaixada num outro receptáculo que então se terá considerado mais condigno mas que Pinho Leal, com alguma parcialidade, descreve com sendo «de madeira ordinária, pintada de preto» dando esse autor como roubada a bainha de veludo com guarnições de prata que, considerado o formato do recorte no interior do estojo setecentista, nunca deve ter chegado a entrar no Museu.

23. *O Antiquário Conimbricense*, n.º 1 e n.º 9. Coimbra: [S.n.], 1841.

24. Dispensamo-nos aqui do relato desse “contraditório” por este ter sido já feito por Carlos de Passos na monografia que dedicou à espada de D. Afonso Henriques, e mais recentemente, por BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português* (Cat. Exp). Palmela: Câmara Municipal, p. 330-336

25. Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (AFBAUP). 105A. *Conferências Ordinárias*, fl. 93, 94, 94 Vº e 95. (Agradecemos à Dra. Cláudia Garradas a informação sobre a existência desta acta).

## NO MUSEU SOARES DOS REIS: UMA «RELÍQUIA SAGRADA» PARA SERVIR A «CULTURA DO PÚBLICO E OS SENTIMENTOS NACIONAIS»

Em 1933, a polémica reacende-se. Aquando da inauguração da sala Vitorino Ribeiro no Museu Militar de Lisboa, o seu Director reclama a espada para a Capital a pretexto de um monumento ao monarca fundador que aí planeava erguer-se, afirmando que a espada se encontrava no Museu do Porto por mero equívoco. As afirmações provocaram brado. Vasco Valente recentemente nomeado director do Museu Soares dos Reis reage de imediato através da imprensa informando que não pode de momento provar a legitimidade da posse da espada (nem de outros objectos do museu), por falta de documentos, mas que «A Capital do Norte não deve continuar a ser esbulhada das preciosidades que constituem o seu património artístico e monumental. Nós saberemos sempre guardar aquilo que nos pertence. E a famosa espada de D. Afonso Henriques é uma relíquia sagrada que todos nós devemos venerar e defender»<sup>26</sup>.

E a polémica prosseguirá durante os vinte anos seguintes, entre a genuinidade, a ilegitimidade da transferência e a imperiosidade da devolução a Coimbra. Em 1943 Rocha Madahil publica um inventário inédito do Mosteiro de Santa Cruz (MADAHIL 1943), que dará de imediato lugar a uma exposição coimbrã exigindo a restituição da espada «tesouro supremo da Cidade» cuja permanência no Porto «representa não só uma afronta ao brio de Coimbra, como sacrílega mutilação do venerando túmulo do fundador da Pátria»<sup>27</sup>.

O pedido é recusado pela Direcção Geral do Ensino e das Belas Artes, com um parecer de Diogo de Macedo, que se pronuncia na qualidade de vogal da Junta de Educação Nacional e de Director de um museu do Estado, no qual considera que a espada não teria em Sta. Cruz as condições de conservação e segurança necessárias e que, por outro lado, o acto

poderia ser considerado uma falta de respeito para com a cidade do Porto que há muito era sua detentora. Alega ainda ser seu dever defender o princípio de que todos os valores confiados à Direcção dos Museus do Estado deles não devem sair a nenhum pretexto «estando patentes em exposição pública, não só são património da Nação valorizados pelo ambiente em que se encontram, como servem no mais elevado espírito de sentido civilizado, a cultura do público e os sentimentos nacionais»<sup>28</sup>.

O pedido repetir-se-ia em 1947 para entrega ao então Museu Regional de Machado de Castro, de novo sem sucesso.

O tema da espada de D. Afonso Henriques tinha todas as componentes necessárias para servir bem a propaganda do Estado Novo. Por outro lado a possibilidade de uma eventual beatificação de D. Afonso Henriques voltava de novo a estar na berlinda.

Não por acaso, quando em 1940 o Museu Soares dos Reis, agora já instalado no Palácio dos Carrancas, abria as suas portas (embora provisoriamente) com uma exposição da obra de Soares dos Reis, escolhia-se, de entre toda a produção do escultor, o gesso da imponente e carismática estátua de D. Afonso Henriques, para exhibir no átrio de recepção do Museu.

Nesse mesmo ano a espada era pedida ao Museu para figurar na Exposição do Mundo Português, de onde aliás regressou rodeada de grande solenidade e com surpreendente mobilização da população. A sua imagem seria utilizada nas reconstituições para o Cortejo dos Centenários, apoteose do congresso e exposição do Mundo Português, no concurso de cartazes promovido pela Comissão Organizadora e várias vezes publicada na Revista dos Centenários.

26. «A espada de D. Afonso Henriques». *Diário de Notícias*. 2 Set. 1933.

27. «A espada do Fundador da Nacionalidade Portuguesa». *Correio de Coimbra*. 30 Mar. 1944.

28. AMNSR, Documento enviado ao Museu Soares dos Reis pelo Ministério da Educação Nacional. Junta Nacional de Educação I subsecção da 6.ª secção (cópia sem data).

Entretanto, desde 1933 que o director do Museu, sob pressão institucional e da imprensa, se desdobrava em esforços para legitimar, quer a classificação medieval da peça que defendia, quer a sua presença no Porto, consultando o director da Fabrica de Armas Nacional de Toledo, pesquisando na bibliografia estrangeira sobre o tema, procurando paralelos e buscando nos arquivos o famigerado documento de doação por D. Pedro<sup>29</sup>. Na sequência dessas averiguações, em 1939 Carlos de Passos publica na Revista dos Centenários uma série de textos sobre o tema que mais tarde se reunirão numa publicação da Associação dos Arqueólogos Portugueses (PASSOS 1957) no qual se defende a tese de genuinidade da espada, que só voltaria a ser questionada com fundamentação em 2000 (BARROCA 2000).

Em 1944, com o Museu plenamente instalado no palácio dos Carrancas em moderno programa museo-

gráfico, a espada encontrava-se em exposição na sala principal do andar nobre do palácio, sobre veludo, dentro de um escrínio de vidro e constituía, no dizer de Vasco Valente, «um dos grandes atractivos do Museu e uma honra para a Cidade»<sup>30</sup>. Supomos que conservava nessa altura a classificação que o mesmo lhe atribuía que a datava do século XII e a classificava como de tipo Peninsular.

Deverá ter-se conservado em exposição pelo menos durante os anos sessenta, possivelmente na sala chamada dos «Fundadores» onde se homenageavam D. Pedro IV e João Batista Ribeiro, mas significativamente, no breve roteiro do Museu elaborado por Manuel de Figueiredo em 1965 (FIGUEIREDO 1965) nem a espada nem a escrivaninha são já mencionadas entre os “ex-libris”, são-no em contrapartida as vinte e seis placas de esmalte, com a prestigante atribuição a Penicaud II.

## A EVANESCÊNCIA DE UM MITO?

A década de 70 constituiu, também para o Museu, um período de grande conturbação e profunda mudança nas suas opções programáticas. A exposição permanente sofreu grandes alterações que não foram registadas de modo sistemático, mas que se verifica terem operado uma espécie de depuração dos conteúdos a expor. Deixava de haver lugar para aspectos e carácter histórico e documental no percurso do Museu que progressivamente se afirmava como um museu de arte<sup>31</sup>, apostado na actualização das suas colecções e numa acção cívica activa. A pressão pontual, mas por vezes violenta, da opinião pública que configurava o Museu como um reduto do regime político e da sua propaganda terá contribuído para um esforço, nem sempre concertado ou sistemático, mas efectivo, de apagar a marca do Estado Novo que ameaçava assombrar os projectos museográficos vindouros.

O gesso da estátua de D. Afonso Henriques foi guardado em reserva bem como todo o recheio da «Sala dos Fundadores».

Em 1985 A espada de D. Afonso Henriques cuja posse tanta polémica suscitara, é solicitada para uma exposição comemorativa do 8.º centenário da morte do Fundador no Museu Militar do Porto sendo em seguida pedida para passar a integrar a exposição permanente desse museu. A facilidade com que o Museu Soares dos Reis acede ao pedido evidencia que a peça não estava já incluída no programa de exposição. No Museu Militar a espada ocupa hoje lugar de destaque em exposição permanente. Todos os anos é solenemente transportada a Coimbra, até junto do túmulo de D. Afonso Henriques, no contexto das comemorações do dia do Exército.

29. O registo destas diligências encontra-se hoje no Arquivo do Museu Soares dos Reis.

30. AMNSR, *Carta/ parecer dirigida ao Director Geral do Ensino e das Belas Artes*. 22 Jun. 1944. Lº 9, n.º 126.

31. Curiosamente o Museu Soares dos Reis não constituiu nunca uma secção de objectos históricos no seu inventário. A espada, a escrivaninha e a série de esmaltes provenientes de Santa Cruz de Coimbra integram desde sempre o chamado Fundo Antigo e foram os itens “fundadores” da secção designada “Diversos”, não tendo nunca sido remetidos para secções específicas eventualmente mais adequadas à natureza de cada um deles.

É ainda hoje assunto de ensaios, artigos em periódicos e programas de televisão.

A escrivaniha integra-se, desde 2001, no circuito da exposição permanente do Museu em articulação com peças de ourivesaria do Século XVIII.

A série de esmaltes, como aliás parte da arte religiosa da colecção, não encontrou nessa última revisão de programas e percursos, enquadramento adequado, estando presentemente em reserva.

## CONCLUSÃO

A leitura destes três itens enquanto unidade parece fazer hoje pouco sentido, mas é inegável que os seus caminhos se cruzaram de modo determinante para todos eles. É certo que, não fora a carga histórica e simbólica, que persistentemente acompanhou da espada do Fundador, e as três peças teriam sido remetidas ao mesmo espaço (na melhor das hipóteses residual) da memória colectiva que ocupam tantas centenas de outras peças provenientes dos conventos extintos. Esse parece mesmo o destino provável se as imaginarmos no húmido refeitório do Convento de Santo António da Cidade e se considerarmos os longos períodos de encerramento que a instituição vivenciou, além do carácter escolar que durante mais de cem anos lhe definiu a acção, limitando o alcance e a projecção dos seus espólios.

Ainda assim, nesse quadro da escassa visibilidade das colecções públicas portuguesas, a inesperada

notoriedade que a estas peças assistiu contribuiu de modo decisivo para que tantos estudos se fizessem em torno delas e para que de um modo ou de outro acabassem por conhecer reenquadramentos sucessivos que as salvam do esquecimento.

A abordagem da polémica, durante mais de 150 anos esgrimida na imprensa e em escritos vários acerca destes três itens, permite-nos compreender como, de uma forma que só pontualmente se prendeu com o seu valor intrínseco, eles parecem ter-se constituído como símbolos de uma profunda controvérsia ideológica, e se viram por isso rodeados de persistente e inusitada aura mediática que resultou do processo e simultaneamente nele participou, tornando-se num “pretexto material” para um debate público sobre património que raras vezes teve lugar em Portugal.

## AGRADECIMENTO

Este estudo foi possível graças ao apoio formalizado no protocolo estabelecido entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia e o ex-Instituto do Museu e da Conservação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCA, Mário Jorge – *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português* (Cat. Exp). Palmela: Câmara Municipal, 2000.

BROCHADO, I. da Costa – «Tentativas de Canonização de El-rei D. Afonso Henriques». Suplemento de *Anais*. Lisboa. II série, Vol. VIII, 1958.

*Catalogo Illustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental portuguesa e Espanhola*. Lisboa: Imp. Nacional, 1882.

FIGUEIREDO, Manuel de – *O Museu Nacional de Soares dos Reis*. Porto: Marques Abreu, 1965.

FINO, Francisco Saraiva – «Na Fábrica do Mito. Algumas notas sobre a história de D. Afonso I». *Revista da Faculdade de Letras "Linguas e Literaturas"*. Porto. XVI (1999) 231-245.

MADAHIL, A. da Rocha – *Inventário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra à data da sua extinção*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1943.

MARQUET DE VASSELOT, J.-J. – *Les Émaux limousins de la fin du XV<sup>e</sup> siècle et de la première partie du XVI<sup>e</sup>, Étude sur Nardon Pénicaud et ses Contemporains*. Paris: A. Picard, 1921.

*O Panorama. Jornal Literário e Instructivo da Sociedade propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Lisboa. Na Typographia da Sociedade. Vol. 2 (1838), p. 122.

PASSOS, Carlos de – *A Espada de D. Afonso Henriques*. [S.l.]: Associação dos Archeólogos Portugueses, Sep. Archeologia e História, vol. VII., 1957.

VASCONCELOS, Joaquim de – *Arte Religiosa em Portugal*. Vol. I. Porto: Emílio Biel & Ca, 1914-15.

VITORINO, Pedro – *Os Museus de Arte do Porto (Notas Históricas)*. Coimbra: imprensa da Universidade, 1930.

VASCONCELOS, Joaquim de – *Arte Religiosa em Portugal*. Vol. I. Porto: Emílio Biel & Ca., 1914-1915.